

REDUZIR A DESIGUALDADE, MAS ATÉ QUE PONTO? BREVES COMENTÁRIOS A PARTIR DA “VIDA BOA” DE ARISTÓTELES

Robson Antonio Grassi

Doutor em Economia da Indústria e Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

E-mail: ragrassi@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3735-3427>

Como citar este artigo: Grassi, R. A. (2024). Reduzir a desigualdade, mas até que ponto? Breves comentários a partir da “vida boa” de Aristóteles. *Revista de Economia Mackenzie*, 21(2), 113-141. doi:10.5935/1808-2785/rem.v21n2p.113-141

Recebido em: 01/5/2024

Aprovado em: 10/8/2024



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Resumo

O artigo pretende refletir sobre o debate atual acerca da desigualdade, buscando explorar questões éticas que são inerentes ao tema, principalmente a existência de um suposto ponto ideal para a desigualdade ser reduzida. O trabalho parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que, na proposta de Raworth (2019), seriam a base, juntamente com a busca da sustentabilidade ambiental, para a redução da pobreza e da desigualdade. Porém, alguns países mais desenvolvidos já estão em grau maior de avanço quanto a esses indicadores, e, mesmo assim, nas últimas décadas, há fortes evidências de aumento da desigualdade e da redução de importantes indicadores de bem-estar da sua população. O artigo então propõe que Aristóteles pode proporcionar um novo olhar sobre a crescente desigualdade do mundo atual, a partir de sua visão de “vida boa”. Buscando discutir o que seria “suficiente” para o bem viver proposto pelo filósofo da Antiguidade nos dias de hoje, a partir dos “bens básicos” necessários, conforme definido por Skidelsky e Skidelsky (2017), procuramos mostrar que tal visão, mesmo ainda necessitando avançar em termos analíticos (como na mensuração dos bens básicos), apresenta implicações claras para o debate atual sobre desigualdade, por revelar um ponto moralmente ideal para se buscar sua redução, e que pode inclusive inspirar novas discussões sobre medidas de políticas públicas.

Palavras-chave: Aristóteles; desenvolvimento sustentável; desigualdade; insaciabilidade; vida boa.

Classificação *JEL*: D63, I30, P10.

INTRODUÇÃO

O debate sobre desigualdade já é bastante antigo em várias áreas do pensamento, mas recebeu grande impulso para sua massificação após a publicação do livro seminal de Piketty (2014), que trouxe, além de evidências irrefutáveis do crescimento da desigualdade nas últimas décadas em vários países do mundo, propostas ambiciosas para pelo menos minorar seus efeitos maléficos sobre grande parte da sociedade em qualquer país.

Nota-se atualmente a amplitude de análises, das mais diversas áreas de conhecimento e respectivas vertentes teóricas, que tratam de um tema que em

essência é multidimensional e cuja complexidade fica ainda mais evidente no momento de propor medidas de política pública visando à redução dos seus efeitos mais deletérios, principalmente para a parte mais vulnerável da população. Na área de economia, além de Piketty (2014, 2020), podemos lembrar autores como Stiglitz (2014, 2019), Krugman (2010), Atkinson (2015), Blanchard e Rodrik (2021) e Raworth (2019), entre muitos outros, que têm também se preocupado com o tema.

Nesse contexto, o objetivo central do artigo é discutir que, se o aumento da desigualdade é inquestionável, além de seus efeitos negativos já se encontrarem amplamente mapeados na literatura pertinente, pode-se ampliar o debate a partir de uma pergunta a princípio restrita ao debate ético, mas que se revela essencial também quando passamos para a seara da discussão analítica e mesmo da proposição de políticas públicas: “Reduzir a desigualdade, mas até que ponto?”.

Buscando colaborar para a busca da resposta a essa pergunta, este trabalho tem como ponto de partida os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que, na proposta de Raworth (2019), seriam a base, juntamente com a busca da sustentabilidade ambiental, para a redução da pobreza e da desigualdade em busca de um mundo mais justo.

Porém, alguns países mais desenvolvidos já estão em grau maior de avanço quanto a esses indicadores, e, mesmo assim, nas últimas décadas, há fortes evidências de aumento da desigualdade (ver Piketty, 2014) e da redução de importantes indicadores de bem-estar da sua população (ver Layard, 2008; Skidelsky & Skidelsky, 2017). Esses dois últimos livros chegam a afirmar que, mesmo com todo o crescimento das últimas décadas, as pessoas não estão mais felizes nesses países, mesmo que estejam justamente entre os mais desenvolvidos.

O artigo então propõe que Aristóteles (1987, 2019) pode proporcionar um novo olhar sobre a crescente desigualdade do mundo atual, a partir de sua visão de “vida boa”. Discutindo o que seria “suficiente” para termos essa vida proposta pelo filósofo da Antiguidade nos dias de hoje, o artigo busca cumprir dois objetivos interligados.

Em primeiro lugar, inspirado diretamente nessas duas obras do filósofo da Antiguidade, investiga o que seria um ponto moralmente ideal para se buscar a redução da desigualdade, baseando-se nos “bens básicos” necessários para a

referida vida boa se efetivar nos dias atuais, definidos por Skidelsky e Skidelsky (2017) a partir do próprio Aristóteles.

Em segundo lugar, e tentando ir além do ramo da utopia inspiradora, tal ideia permite avançar em duas frentes em busca de aplicabilidade empírica:

- Mostrar que tal visão, mesmo ainda necessitando de aprimoramentos em termos analíticos, já permite algumas observações interessantes pesquisando o que seria a vida boa nos tempos atuais a partir da possível mensuração dos seus bens básicos, passo fundamental para avanços no estudo do que seria o referido ponto ideal para se buscar a redução da desigualdade; e
- Apresentar algumas propostas de políticas públicas já existentes na literatura pertinente, que seriam voltadas especificamente para a busca da vida boa (notadamente no que se refere à redução da insaciabilidade humana que impede que se chegue a ela), mas inserindo-as em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas para a redução da desigualdade.

Para cumprir seus objetivos, o artigo é dividido em mais quatro seções, além desta introdução. A seção 1 apresenta em linhas gerais o debate atual sobre desigualdade e os dilemas éticos nele enfrentados, juntamente com a forma como os ODS da ONU podem ser considerados um balizador inicial para a discussão do tema. A seção seguinte apresenta a discussão de Aristóteles sobre “vida boa”, buscando trazê-la para os dias atuais, inclusive mostrando o que seriam os “bens básicos” que a caracterizariam contemporaneamente. Depois, na seção 3, chegamos às principais contribuições do artigo: são apresentadas as implicações dessa discussão sobre vida boa para o debate atual sobre desigualdade e a tentativa de reduzi-la até um suposto ponto desejável, a partir de proposta de mensuração dos bens básicos. E são descritas também algumas propostas de medidas de políticas públicas já existentes, que seriam voltadas especificamente para a busca da vida boa, mas inserindo-as em um contexto mais amplo de busca pela redução da desigualdade. Por fim, o artigo se encerra com notas conclusivas a respeito da discussão precedente.

1

O DEBATE ATUAL SOBRE DESIGUALDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUA REDUÇÃO: ATÉ QUE PONTO?

■ 1.1 O debate sobre desigualdade e os dilemas éticos envolvidos

Por questões de espaço, não está entre os objetivos do artigo elaborar uma resenha crítica das principais contribuições ao tema em tela, dado o grande número de autores que a ele têm se dedicado. Porém, de início, podemos citar pesquisadores que em seus escritos deixam nítida toda a complexidade da análise que o tema desigualdade revela: são os casos de autores como Atkinson, Stiglitz e Piketty.

No caso de Atkinson (2015), no capítulo 3 do seu livro é encontrada uma análise apurada das causas do aumento da desigualdade nas últimas décadas, apontando de forma criteriosa fatores como globalização, mudança tecnológica, crescimento dos serviços financeiros, mudança das regras de remuneração nas empresas, redução do papel dos sindicatos etc. como responsáveis pela elevação dos indicadores de desigualdade e pelos perigos que acarretam ao pleno funcionamento das sociedades atuais.

Stiglitz (2014), por sua vez, estuda o caso dos Estados Unidos e foca sua análise na política e, mais especificamente, nas relações entre política e economia. Isso, para ele, acaba revelando o caráter sistêmico e complexo do crescimento da desigualdade nas últimas décadas nesse país (e, conseqüentemente, em boa parte do mundo), incluindo fatores como a persistência da pobreza nos Estados Unidos; o impacto da desigualdade crescente sobre a própria eficiência da economia, ao reduzir as oportunidades para grande parte da população e o próprio potencial de crescimento econômico; como os problemas dos sistemas eleitoral e jurídico norte-americanos podem reforçar a desigualdade; como as políticas fiscal e monetária também contribuem para o quadro de crescente desigualdade da economia norte-americana etc.

No cenário desse debate, a originalidade do trabalho de Piketty surge do pressuposto de que apenas a perspectiva de longo prazo, a partir de ampla abordagem histórica, possibilita uma análise correta da dinâmica da desi-

gualdade de renda e patrimônio, e só as fontes fiscais (os registros tributários) permitem que se tenha essa abrangência temporal. Piketty (2014) parte toda sua análise sobre o tema em questão da conhecida desigualdade $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção). Sob essas condições, segundo o autor, é quase inevitável que a concentração do capital atinja níveis muito altos, principalmente em épocas de baixo crescimento, como a atual¹.

Esse breve levantamento ilustra a complexidade do tema, e não seria diferente no momento de propor medidas visando à redução da desigualdade. Autores como Stiglitz (2014, 2019), Piketty (2014, 2020), Atkinson (2015) e Raworth (2019), de forma abrangente ou mais resumida, têm apresentado propostas de políticas públicas em seus trabalhos. Não é objetivo deste artigo detalhar o amplo leque de propostas que tem surgido, que incluem aumento substancial dos impostos dos mais ricos, tanto sobre a renda como o patrimônio; o aprimoramento das políticas antitruste e de regulação dos mais variados setores; o estabelecimento de políticas que visem ao maior equilíbrio no relacionamento entre trabalho e capital (salário mínimo, redução da jornada de trabalho e funcionamento dos sindicatos, por exemplo) etc.

Para os objetivos do artigo, basta expor os dilemas morais e éticos envolvidos nesses diferentes tipos de medidas de políticas, que precisam ser debatidos no espaço público, como os seguintes:

- Até que ponto taxar os mais ricos para se reduzir a desigualdade?
- Essa maior taxação seria somente sobre a renda ou chegaria também à propriedade?
- Ocorreria até o ponto de garantir direitos para todos (educação, saúde etc.) ou chegaria a redistribuir a propriedade com os mais pobres?

Toda essa discussão, que apresenta também consequências óbvias tanto para o lado das receitas como dos gastos nos orçamentos públicos, ilustra com

1 As contribuições de Piketty (2020) ao debate são ainda mais ampliadas no seu livro mais recente, no qual o autor sugere que a obra anterior apresentava duas limitações que precisavam ser superadas, tanto o foco exclusivo no Ocidente como também limitações no trato da evolução político-ideológica ao longo da história.

perfeição os dilemas enfrentados pelas autoridades e a característica eminentemente política da busca pela redução da desigualdade, juntamente com os dilemas éticos envolvidos.

■ 1.2 Reduzir a desigualdade, mas até que ponto? Uma análise a partir de Raworth e dos ODS da ONU

Um ponto de partida interessante na discussão sobre essa pergunta refere-se ao trabalho de Raworth (2019), que discute tanto desigualdade como sustentabilidade ambiental, relacionando diretamente os dois temas. A ideia da autora é estabelecer um alicerce social de bem-estar abaixo do qual ninguém deve cair e um teto ecológico de pressão planetária que não devemos transpor. Entre os dois encontra-se “o espaço seguro e justo para todos”, que ela chama de “Donut” (Raworth, 2019, p. 19).

Detalhando melhor, o *donut* seria uma bússola para guiar a humanidade na direção de um futuro capaz de prover as necessidades de cada pessoa e ao mesmo tempo salvaguardar o mundo vivo do qual todos nós dependemos. Tudo dependeria de dois limites:

- Abaixo do alicerce social do *donut*, encontram-se déficits no bem-estar humano, enfrentados por aqueles que carecem de bens essenciais para a vida, como alimento, educação e moradia; e
- Para além do teto ecológico, encontra-se um excesso de pressão nos sistemas geradores de vida da Terra, como mudanças climáticas, acidificação dos oceanos e poluição química.

E entre esses dois conjuntos de limites, existiria um ponto ideal – com a forma inequívoca de um *donut*, na figura popularizada pela autora – que é um espaço ao mesmo tempo ecologicamente seguro e socialmente justo para a humanidade. Para Raworth (2019, pp. 54-55), a tarefa do século XXI é trazer toda a humanidade para esse lugar seguro e justo. A discussão fica ainda mais interessante quando ela estabelece os parâmetros para os dois conjuntos de limites (os “anéis”) do que seria o *donut*.

Para a presente discussão, interessa diretamente o anel interno – seu alicerce social –, que estabelece os elementos básicos da vida dos quais ninguém deveria sofrer escassez. Os 12 elementos por ela conceituados incluem: ali-

mento suficiente; água potável e saneamento adequados; acesso à energia e instalações limpas para cozinhar; acesso à educação e assistência médica; habitação digna; uma renda mínima e trabalho decente; e acesso a redes de informação e a redes de apoio social. Além disso, exige-se que esses elementos sejam adquiridos com igualdade de gênero, igualdade social, voz política, paz e justiça. Tudo isso está incluído nos 17 ODS da ONU – acordados por 193 países-membros em 2015 –, e a vasta maioria deles deve (ou deveria) ser atin-gida até 2030 (Raworth, 2019, pp. 55-56)².

Dessa discussão, interessa para os objetivos deste artigo que há uma proposta da autora de se basear a busca pela redução da pobreza e da desigualdade nos ODS da ONU. Não há dúvida de que o conjunto de 17 grupos de métricas sendo essencialmente adotado e efetivamente cumprido por todos os países do mundo significaria uma redução substancial da desigualdade. Mas até que ponto?

Abstraindo a princípio a dificuldade encontrada para o cumprimento dos ODS até 2030, como acordado no âmbito da ONU, e inclusive os atrasos no cumprimento das metas já constatados, que têm sido documentados em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil (ver “Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU”, 2021)³, a questão de fundo que surge é: “O que não aparece explicitamente sobre o tema da desigualdade quando discutimos os ODS e seus objetivos?”.

Se as métricas para o cumprimento dos 17 conjuntos de compromissos são muito conhecidas, ao mesmo tempo podemos pensar que o debate sobre desigualdade pode ir além desses tipos de indicadores e chegar ao estabelecimento de questões como as seguintes: como ela afeta a amizade em qualquer grupo humano, seu acesso ao lazer (e a qual tipo de lazer), a própria personalidade de cada um, o respeito entre as pessoas etc.

2 Portanto, a autora resume os 17 ODS em 12 conjuntos de métricas. Os 17 objetivos originais são: Erradicação da pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e Bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de gênero; Água potável e saneamento; Energia limpa e acessível; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, inovação e infraestrutura; Redução das desigualdades; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre; Paz, justiça e instituições eficazes; Parcerias e meios de implementação (ver Nações Unidas Brasil, 2024).

3 Até porque para o efetivo cumprimento dos ODS há necessidade prévia de medidas governamentais que impulsionem a redução da desigualdade, como as anteriormente mencionadas, que em muitos casos têm se mostrado difíceis de ser implementadas, como o aumento dos impostos dos mais ricos (o que significaria novos recursos que possam ser aplicados, em tese, em políticas públicas voltadas para saúde, educação etc.).

Ou seja, seria interessante ficar evidente também num estudo desse tipo como a desigualdade afeta diretamente o bem-estar e mesmo a felicidade das pessoas. Os ODS podem chegar a esse estágio de análise? Como as próprias métricas explicitam, não há garantia nesse sentido, e, se isso for verdade, a discussão pode ser ampliada para entrar ainda mais no ramo da moral e da ética, incluindo questões como as anteriormente mencionadas.

Uma importante pergunta que surge nesse contexto é: “A desigualdade deveria ser reduzida apenas até se atingir o cumprimento dos ODS, como fica implícito na proposta de Raworth (2019)?”. Se mesmo nos países mais desenvolvidos (os de maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH), com maior facilidade de cumprir os ODS, a felicidade das pessoas não tem aumentado de forma nítida (é o caso dos Estados Unidos e do Reino Unido, por exemplo), mesmo com todo o crescimento econômico das últimas décadas, como apontam diversos estudos e autores (ver Layard, 2008; Skidelsky & Skidelsky, 2017), é necessário então levar em conta nessa discussão alguns fatores que incluam diretamente bem-estar e felicidade na busca pela redução da desigualdade, significando que o cumprimento dos ODS somente não basta, apesar de sua grande relevância.

Consideramos neste artigo que reduzir a desigualdade até o ponto em que todos tenham uma “vida boa” (com a presença dos “bens básicos” que a caracterizam e que vão além dos ODS, como veremos), no sentido aristotélico da expressão, pode ser um debate interessante tanto em termos éticos como em situações diretamente de aplicabilidade empírica – mesmo para os países desenvolvidos, que, como os indicadores de bem-estar e felicidade mostram, têm se distanciado dessa vida boa, como ela será definida a seguir.

Apesar do caráter eminentemente utópico para os dias atuais que pode aparentar ter, a vida boa de Aristóteles revela-se um objetivo mais amplo e inspirador na busca pela redução da desigualdade, incluindo itens relacionados com o bem-estar humano que não estão claros no pragmatismo dos ODS. Para isso, precisamos entender como essa ideia de Aristóteles deveria chegar ao debate contemporâneo, com as necessárias adaptações, em busca desse objetivo.

2

ARISTÓTELES E A BUSCA DA “VIDA BOA” NO MUNDO ATUAL

■ 2.1 O que é a “vida boa” em Aristóteles?

Aristóteles escreveu muitas obras, e não é objetivo do artigo resumir as principais contribuições do autor ao pensamento filosófico mundial. Queremos apenas ressaltar pontos importantes sobre sua visão de “vida boa”, que podem ser encontrados nos escritos *Ética a Nicômaco* (1987) e *Política* (2019) e que são também comentados por autores mais recentes, como Skidelsky e Skidelsky (2017) e Sandel (2014).

Em Aristóteles, o homem, como as demais espécies, tem um *télos*, um estado de satisfação, de completamento. Ele identifica esse *télos* com a vida boa. Segundo Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 100), no mundo antigo, no próprio centro do debate ético, estava a pergunta de como viver o melhor possível. A contribuição de Aristóteles ao debate vai ser desenvolver a ideia de que a vida boa é uma vida repleta de virtudes, prazeres e ações, “que encanta por sua pureza e estabilidade”⁴.

Segundo a interpretação de Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 100), a vida boa, em Aristóteles, requer não apenas as várias qualidades de caráter e intelecto (coragem, moderação, generosidade, sabedoria e outros), mas também os “recursos externos” necessários para que essas qualidades se materializem.

4 Não é objetivo deste artigo discutir o complexo tema da felicidade, mas como vida boa em Aristóteles se relaciona diretamente com ela, é importante levar em conta a observação de Sandel (2014, p. 244): a vida moral tem a felicidade como objetivo, mas Aristóteles não a concebe como o fazem os utilitaristas – maximizando o peso do prazer sobre a dor. A felicidade não seria um estado de espírito, mas uma maneira de ser, “uma atividade da alma em consonância com a virtude” (Aristóteles, 1987, livro 1, seção 7, p. 16). E que se relaciona diretamente com a ação: “o homem feliz vive bem e age bem; pois definimos praticamente a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação” (Aristóteles, 1987, livro 1, seção 8, p. 17). Essa diferenciação das visões de felicidade entre Aristóteles e utilitaristas fica clara também no livro de Layard (2008), voltado exclusivamente para o tema da felicidade, quando ele recusa a visão a partir de Aristóteles sobre essa questão, preferindo tratá-la a partir dos autores utilitaristas, especialmente Jeremy Bentham. Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 157), por sua vez, seguirão a abordagem aristotélica. Segundo eles, a partir dessa perspectiva, a felicidade extrai seu caráter daquilo que a causa. A profunda felicidade, segundo os autores, é caracterizada como tal não por “palpitações ou tremores”, mas por sua relação com alguns bens humanos fundamentais: o amor, o nascimento de uma criança, a finalização de um trabalho importante etc.

Aristóteles está pensando nos “valores de uso”, para os marxistas. E daí surge a importante pergunta: “O que seria o ‘necessário’ para o bem viver?”⁵.

Para Aristóteles, as pessoas precisam de tantos casacos, camas, casas etc.; acumular além desse ponto não é racional. Na interpretação de Skidelsky e Skidelsky (2017, pp. 100-101), a pessoa justa e equilibrada acumula só o necessário para levar uma vida boa, e então para de acumular. Na muito conhecida frase do próprio Aristóteles (1987, livro 1, seção 5, p. 12): “Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos: é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa”.

E, nesse contexto, deve ser analisada a própria acumulação de dinheiro, o passo seguinte nessa lógica. Segundo Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 102), dois aspectos desse processo incomodavam particularmente Aristóteles:

O primeiro é o poder de subordinar o fim específico de cada atividade humana ao fim secundário de ganhar dinheiro. O que Aristóteles queria dizer é que, quando se faz uma coisa visando principalmente o lucro, corre-se o risco de fazê-la mal ou tão mal quanto é possível para não perder o cliente.

A segunda preocupação de Aristóteles é com a insaciabilidade. Os valores de uso têm, como se vê, um fim controlador: a vida boa. Buscá-los além desse ponto, para ele, não seria interessante. O dinheiro, por sua vez, não tem fim controlador. O dinheiro é a única coisa que nunca é suficiente simplesmente porque, no caso, o conceito de “suficiente” não tem nenhuma explicação lógica (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 102-3).

Dados os objetivos do presente artigo, essa insaciabilidade típica do ser humano, como definida por Aristóteles, precisa ser abordada com cuidado, buscando visualizar o que seria a vida boa atualmente, a partir desse autor. É o que faremos a seguir⁶.

5 Nesse ponto, é importante desde logo diferenciar necessidade e desejo. Segundo Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 104), todos os filósofos gregos da Antiguidade partilharam a insistência de Aristóteles em limitar os desejos às necessidades. No caso específico de Aristóteles, sempre associando as necessidades ao que ele considerava uma vida boa. Embora sem esquecer que, infelizmente, “é próprio da natureza do desejo ser infinita, e a maioria dos homens vive para satisfazê-la” (Aristóteles, 2019, livro 2, seção 7, p. 89). O que acaba afetando a própria busca pela vida boa.

6 Toda essa discussão sobre a vida boa em Aristóteles se relaciona diretamente também com suas noções de justiça e de política, que não serão aqui detalhadas, dados os objetivos do artigo. Para uma conceituação de

■ 2.2 Trazendo a ideia de vida boa de Aristóteles para os dias atuais: questões iniciais para análise

Para se discutir o que seria a vida boa de Aristóteles nos dias de hoje, algumas questões importantes devem ser levadas em conta de forma prévia. Neste artigo, considera-se que é interessante partirmos do livro de Skidelsky e Skidelsky (2017), que, tendo como inspiração principal a ética desse filósofo, traz algumas reflexões interessantes sobre o capitalismo contemporâneo e o comportamento humano nesse sistema, pressupostos necessários para entendermos o que seria a vida boa atualmente.

De início, nota-se o crescimento constante da desigualdade em muitos países, principalmente desde os anos 1980, como documentado pela literatura pertinente (Piketty, 2014; Stiglitz, 2014; entre outros). Skidelsky e Skidelsky (2017), mesmo sem uma análise sistemática sobre o assunto na obra em questão, concordam com os resultados obtidos pela literatura, quando apresentam algumas observações sobre a desigualdade atual.

Segundo eles, desde 1980, os dados indicam grande aumento da desigualdade entre ricos e assalariados nos Estados Unidos e na Inglaterra (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 47). Lembram também que em 1970 a remuneração de um alto executivo norte-americano era 30 vezes maior que a do trabalhador médio. Hoje a diferença é de 263 vezes. Ao mesmo tempo, segundo levantamento mencionado no trabalho, 46 milhões de norte-americanos vivem na pobreza (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 48).

Mas a principal contribuição do trabalho reside na preocupação dos autores em mostrar que “o capitalismo nos deu riquezas além da medida, mas afastou delas o seu principal benefício: a consciência de ter o suficiente” (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 95). Como isso ocorreu? Esse ponto será detalhado a seguir, a partir de considerações dos autores sobre a insaciabilidade humana.

• *A insaciabilidade humana e a previsão fracassada de Keynes*: Segundo Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 15), seu livro trata essencialmente da insacia-

justiça em Aristóteles e comparação de sua visão com as teorias de justiça modernas (como as de Rawls, Kant e as visões utilitaristas), ver Sandel (2014), inclusive quando esse autor lembra que nem todos estavam incluídos no conceito de cidadania de Aristóteles. As mulheres eram inelegíveis, assim como os escravos (Sandel, 2014, p. 247), o que não impede a adaptação de sua noção de justiça para os dias atuais, obviamente se levando em conta o contexto histórico no qual Aristóteles viveu. No que se refere à política, Sandel (2014) também é uma interessante referência ao mostrar que a visão atual da política como “um mal necessário” contrasta completamente com a peculiar visão de Aristóteles dela como intrinsecamente ligada à virtude, à ação e à busca pela vida boa, como “animais políticos” que somos.

bilidade como inimiga implacável da vida boa, como a predisposição psicológica que nos impede, como indivíduos e sociedades, de dizer “já é suficiente”. É dirigido para a insaciabilidade econômica o desejo de ter cada vez mais dinheiro. Que já foi uma aberração dos mais ricos, mas é hoje lugar-comum na vida diária de todos.

E o ponto de partida da abordagem dos autores para essa questão é o famoso ensaio de Keynes (2018) publicado quase cem anos atrás, “Possibilidades econômicas para os nossos netos”. E a tese do ensaio era muito simples. Na medida em que o progresso tecnológico torna possível o aumento na produção de bens por hora trabalhada, as pessoas vão trabalhar cada vez menos para satisfazer as suas necessidades, até o ponto em que não necessitem mais trabalhar. O autor imaginou que essa condição seria alcançada num prazo de cem anos, mas já sabemos que sua profecia fracassou (ver Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 16-17).

Keynes acreditava que as pessoas tinham necessidades materiais finitas e que em algum momento elas estariam satisfeitas. Não distinguia desejos de necessidades. Para os autores, foi um erro crucial. As necessidades – as exigências objetivas de uma vida boa e confortável – são quantitativamente finitas, mas os desejos, por serem puramente psíquicos, são infinitos, tanto em quantidade como em qualidade (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 41).

De forma irônica, agora que temos finalmente abundância (pelo menos nos países mais ricos), os hábitos criados pelo capitalismo nos impedem de aproveitá-la melhor (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 20). As condições materiais de uma vida boa já existem, mas, devido à busca pelo crescimento a qualquer custo, isso está sempre fora de alcance (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 28). Resta responder, na visão dos autores, por que tal tipo de vida não sobressai, inclusive nos países mais desenvolvidos.

• *O mundo do trabalho atual e a insaciabilidade (individual e social) como inimigos da vida boa:* Skidelsky e Skidelsky (2017) passam então a explicar como as características do mundo do trabalho e os tipos de insaciabilidade (individual e social) são importantes para o entendimento da dificuldade do mundo atual em chegar à vida boa.

Para isso, partem da seguinte pergunta: “Quase cem anos depois, por que a maioria de nós continua trabalhando tanto quanto na época em que Keynes escreveu seu ensaio futurista?”. Segundo os autores, ele não previu que os males do capitalismo, como o poder dos empregadores de determinar a carga horária e os termos do trabalho, de um lado, e o consumo movido pelo *status*,

de outro, ficariam para sempre entrincheirados (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 19-20).

Começando pelo mercado de trabalho atual, os autores notam que o problema identificado por Keynes em 1930 não teve a solução que ele imaginava. A automação das fábricas não aumentou o lazer, e sim a transferência da mão de obra para o mal remunerado setor de serviços; e a mão de obra que não é reabsorvida pela economia de serviços permanece desempregada, subempregada ou é precarizada. A estagnação da renda, por sua vez, resulta em crescente endividamento, na medida em que o desejo incontrollável de consumo não pode mais ser satisfeito com a renda gerada pelo trabalho (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 253). Nesse contexto, uma pequena parte das funções, só algumas delas, talvez seja mais apreciada; a maioria é detestada (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 46). Lembrando que, na época da publicação do livro (em 2010), ainda não se falava em “uberização” de muitas atividades econômicas, como atualmente.

No tocante à insaciabilidade, começando pela individual, os autores afirmam que, no contexto do mercado de trabalho descrito, o consumo se apresenta aos trabalhadores privados como uma compensação do lazer que tanto almejam. Para aliviá-los da frustração (e mantê-los dóceis), lhes é oferecida uma sucessão de bens de consumo inúteis e entorpecedores. Comprar é, de maneira esperta, porém adequada, chamado de “terapia de consumo” – uma compensação para as experiências desagradáveis e deprimentes. E criar necessidade artificiais é uma forma de garantir que os trabalhadores se mantenham leais à ética do trabalho (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 50).

Mas ainda há a insaciabilidade social. Nenhuma dessas explicações individualistas para a insaciabilidade vistas há pouco envolve uma comparação entre o que alguém deseja e o que os outros têm. E a expressão do desejo sempre tem caráter social, a insaciabilidade depende do caráter relativo do desejo. Não fico satisfeito com o que tenho porque alguém sempre terá mais do que eu. É a competição por *status*. Que não cessa em nenhum momento. Segundo os autores, Keynes se descuidou dessa questão, provavelmente porque na sua época o dinheiro reservado para o consumo competitivo era apenas uma pequena fração. Hoje isso mudou, inclusive entre os mais pobres (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 55-6)⁷.

7 A insaciabilidade social pode ser resumida pela seguinte frase, encontrada no livro de Raworth (2019, p. 69): somos “persuadidos a gastar dinheiro que não temos em coisas de que não precisamos para transmitir impressões efêmeras a pessoas com as quais não nos importamos”.

Nesse contexto, a publicidade talvez não crie a insaciabilidade, mas a explora ao máximo, sussurrando em nosso ouvido que a vida é monótona e ruim para quem não consome “mais”. Ou seja, a publicidade consiste na “criação organizada de insatisfação” (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 59). Lembrando também que, na época da publicação da primeira edição desse livro (em 2010), ainda não estavam claros os efeitos das redes sociais, dos algoritmos e da inteligência artificial nesse processo.

Por fim, os autores afirmam que é evidente que as origens individual e social da insaciabilidade se confundem. Mas não é preciso escolher apenas uma das várias explicações da insaciabilidade nem classificá-las por ordem de importância. Basta entender que, ultrapassado certo ponto, a insaciabilidade nos afasta da vida boa (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 58). E que o eclipse da vida boa explica a infinita expansão dos desejos. Distantes de qualquer visão de bem-estar humano e fomentados pela inveja e pelo tédio, “os desejos se multiplicam como as cabeças da mítica Hidra” (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 126).

• *Análise crítica do trabalho de Skidelsky e Skidelsky (2017)*: De toda a discussão precedente, podemos chegar a algumas conclusões a respeito da exposição dos autores que serão importantes para os próximos passos deste artigo. Nesse contexto, a ênfase do livro na questão da insaciabilidade merece alguns comentários.

Apesar de sua importância para se verificar a distância que o capitalismo atual mantém e até aprofunda em relação ao que seria necessário para se chegar à vida boa, em nenhum momento fica clara na análise dos autores uma relação direta entre insaciabilidade e a crescente desigualdade do mundo atual, sendo essa relação no máximo sugerida. E isso é óbvio no caso específico da insaciabilidade social, que é ainda mais exacerbada quando a desigualdade aumenta.

Assim, para uma abordagem mais completa da realidade atual, seria melhor os autores afirmarem que ficamos cada vez mais longe da vida boa por causa da insaciabilidade (individual e social), relacionada com a cada vez maior pressão pelo consumo, e *também* porque a desigualdade é crescente, verificada inclusive no mercado de trabalho com a desigualdade de rendimentos e também pela simples ausência de rendimentos em muitas situações, fatores analisados no próprio livro de Skidelsky e Skidelsky (2017). Faltou aos autores, inclusive, considerar maior peso para estas últimas questões. Basta lembrar que comentam que no país mais rico do mundo, os Estados Unidos, 46 milhões de norte-americanos vivem na pobreza, e mesmo assim o destaque analítico do livro é a questão da insaciabilidade humana, a partir de Keynes.

Além disso, estão sempre concentrando sua análise nos países mais desenvolvidos, embora seja óbvio que grande parte da população mundial viva em países mais pobres, e onde os crescentes níveis de desigualdade (e pobreza) significam ainda mais privações para grande parte da população (o que ressalta a importância do cumprimento dos ODS da ONU).

Se queremos pensar em vida boa para todos, esses pontos deveriam ser considerados com maior ênfase no livro, embora os autores não cheguem a ignorá-los, até porque desigualdade e insaciabilidade são temas que apresentam interface muito nítida, no mínimo, no caso da insaciabilidade social. E em qualquer país, seja rico ou em desenvolvimento.

Com tudo isso, podemos concluir que Skidelsky e Skidelsky (2017), ao deixarem de considerar a desigualdade, em si mesma, já como inimiga da vida boa para todos (em qualquer país), construíram uma análise que, mesmo relevante para o pleno entendimento do que seria a vida boa atualmente, é insuficiente para explicar até que ponto devemos reduzir a desigualdade para se chegar ao bem viver.

Iremos avançar nesse ponto na seção 3 do artigo, contribuindo para o debate, ao levarmos os importantes achados dos autores diretamente para a análise da questão da desigualdade e da proposição de políticas públicas para sua redução. Mas antes precisamos finalmente definir o que seria a vida boa de Aristóteles nos dias de hoje.

■ 2.3 A “vida boa” atualmente e os “bens básicos” necessários para ela se efetivar

Para definirmos o que seria a vida boa contemporaneamente e os bens básicos a ela inerentes, precisamos de algumas observações iniciais indispensáveis ao pleno entendimento do que virá a seguir.

Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 201), de início, ressaltam que os bens básicos são indispensáveis para qualquer um, pois são os bens cuja posse pode ser levada em conta para constituir o “suficiente”. Mas para isso são necessárias condições materiais mínimas (“recursos externos”) para que esses bens básicos se efetivem, como certo nível de renda. Ou seja, a vida boa pode ser vivida nos vários níveis de renda, desde que as necessidades básicas, aí incluídos os padrões de conforto, sejam satisfeitas para todos (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 42). A partir daí, os bens básicos são possíveis de existir e irão além das condições materiais, pois são “finais”, são a própria vida boa.

Os autores também supõem que existe um amplo acordo sobre o que seriam os chamados “bens básicos” – os bens que constituem o bem viver. Saúde, respeito, segurança, relacionamentos de confiança e amor são reconhecidos por todos como componentes de uma vida humana boa; a ausência deles é reconhecida em toda parte como infortúnio (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 193). Ou seja, mesmo que possa haver uma ou outra divergência quanto a cada um desses “bens”, em termos de grau de importância de cada um, por exemplo, não é difícil notar que fazem parte de uma vida proveitosa, com sentido e plena para todos, como deve ser em uma expansão do pensamento de Aristóteles para os dias atuais.

Isso evidentemente apresenta interface nítida com o debate sobre teorias de justiça e subjacentes questões morais e éticas. Como já visto, não é objetivo do artigo entrar nessa complexa discussão, mas, se a maioria das teorias políticas modernas (de autores como Rawls e Sen, por exemplo) começa por considerar o que é justo, ou correto, de maneira abstrata, e a partir do que é “justo” derivam os ajustes sociais, a proposta de Skidelsky e Skidelsky (2017) é diferente, ao começar pelo indivíduo e por suas necessidades para, a partir disso, construir uma imagem do bem comum. Para os autores, as questões de distribuição, que estão no centro de muitas discussões sobre justiça, embora sejam de vital importância, só devem ser consideradas no contexto das necessidades de uma vida boa (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 16).

Passando então aos sete bens básicos, a partir da exposição de Skidelsky e Skidelsky (2017, pp. 202-218), inspirada em trazer a vida boa de Aristóteles para os dias atuais⁸:

1) *Saúde*: Para os autores, refere-se ao pleno funcionamento do corpo, a nossa natureza animal na sua perfeição. Inclui todas as coisas que são necessárias à manutenção da vida, ou garantem um período de vida razoável, mas de maneira nenhuma a limitam. Sobretudo significa um feliz esquecimento do próprio corpo, como uma ferramenta perfeitamente adaptada às suas funções. Isso não significa manter viva uma pessoa num estado de doença crônica e debilitante. Por isso, não pode ser entregue inteiramente à indústria farmacêu-

8 Pelo critério usado pelos autores, é importante lembrar que itens como educação e diversos tipos de capacitação não aparecerão na lista de bens básicos a seguir (ao contrário do que pensam outros teóricos de justiça, como Rawls e Sen). Isso, como visto, ocorre porque os autores pensam os bens básicos como se fossem “finais” (são a própria vida boa), e não “meio” para se chegar a eles. Por isso, saúde entrará na lista a seguir (é a própria vida boa) e educação não (seria um meio para se chegar a ela) (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 196-198).

tica, sempre interessada em identificar os males que seus produtos irão curar. E foge da competição exagerada, que destrói a própria ideia de boa saúde, pois, se todo estado do corpo pode ser visto como deficiente relativamente a outro estado preferível, então, num certo sentido, estamos todos eternamente doentes.

2) *Segurança*: É a justa expectativa do indivíduo de que sua vida seguirá mais ou menos seu curso habitual, sem ser perturbada por guerras, crimes, revoluções ou convulsões sociais e econômicas. Segurança é condição necessária para que outros bens básicos se realizem, em particular a personalidade, a amizade e o lazer. Certamente existem aqueles que prosperam no caos, mas a segurança deverá sempre ser buscada, inclusive pelos espíritos criativos, como condição para a própria produtividade. E quais são os efeitos do capitalismo na segurança? O seu perpétuo esgarçamento do tecido social é desgastante tanto para os trabalhadores⁹ quanto para os consumidores.

3) *Respeito*: Respeitar o outro é indicar, por meio de um formalismo ou de qualquer outra maneira, que suas opiniões e seus interesses merecem consideração e não devem ser ignorados nem desprezados. Implica certo reconhecimento, “levar em conta” o ponto de vista do outro. Assim, a escravidão seria a total ausência de respeito. Por isso, importa, para o respeito mútuo, que a desigualdade não ultrapasse certos limites. Uma elite que vive, consome e aprende totalmente à parte da população como um todo não criará nenhum vínculo comum de cidadania com essa população. Nesse sentido, uma distribuição mais igualitária – mas não completamente igual – das riquezas e da renda é uma exigência da solidariedade democrática.

4) *Personalidade*: Os autores entendem personalidade antes de tudo como a capacidade de estruturar e executar um plano de vida que reflita os gostos da pessoa, seu temperamento e sua concepção de bem. Implica também algo mais, um elemento de espontaneidade, de individualidade, de disposição. Significa um espaço privado, onde o indivíduo tem liberdade para se despir, para ser ele mesmo. A propriedade privada é uma salvaguarda essencial da personalidade, porque permite ao indivíduo viver de acordo com suas preferências e seus ideais, livre da tirania do patronato e da opinião pública. É a propriedade especificamente, e não a renda, que tem essa influência libertado-

9 Não fica explícita nessa passagem, mas, nesse tipo de bem básico, os autores estão pensando também na estabilidade no mercado de trabalho, que tem diminuído significativamente nas últimas décadas com terceirizações, flexibilizações, redução de garantias contratuais etc. Isso ficará claro inclusive quando eles analisarem, mais à frente, como o item “segurança” tem se comportado nas últimas décadas em países como Reino Unido e Estados Unidos.

ra. Mas a propriedade tem que ser distribuída generosamente ou não cumprirá sua função ética.

5) *Harmonia com a natureza*: As consequências nocivas da superpopulação urbana sobre o comportamento e o humor do ser humano estão bem documentadas pelos psicólogos. O que não significa que deveríamos abolir as cidades modernas. Mas devemos nos empenhar para impedir que as cidades se distanciem demais de seus entornos rurais. O mercado local já foi o principal ponto de contato entre a cidade e o campo. Hoje, ele praticamente desapareceu e levou consigo o sentido de lugar e das estações.

6) *Amizade*: Amizade aqui engloba todos os relacionamentos intensos, afetuosos. Um pai, um cônjuge, um professor, um colega de trabalho podem ser todos “amigos” no sentido dado ao termo pelos autores, inspirados em Aristóteles. Que preferem falar em “amizade” a usar o termo “comunidade”, que seria uma rede de amigos. A partir também de Aristóteles, a amizade é ao mesmo tempo pessoal e política. É o bem maior das nações. Assim, uma economia que é marcada por reestruturações, cortes e terceirizações constantes não pode ser receptiva a relacionamentos profundos e duradouros.

7) *Lazer*: Lazer costuma ser definido como sinônimo de relaxamento e repouso. Mas, para os autores, lazer não é apenas um período sem trabalho, mas uma forma especial de atividade em si mesma. Dessa forma, até mesmo o trabalho remunerado pode ser lazer se for realizado não principalmente como meio de ganhar dinheiro, mas por ele mesmo, como um prazer. Para os autores, uma vida sem lazer, em que tudo é feito em função de qualquer outra coisa, é uma vida vã. É a vida em eterna preparação, jamais vivida de fato. O lazer é um manancial de pensamentos e cultura superiores, porque só quando nos emancipamos das pressões das necessidades é que realmente enxergamos o mundo e distinguimos seus contornos e aspectos específicos. Mas essa visão do lazer também não pode ser elitista, pois todas as recreações que envolvem participação ativa e alguma habilidade são lazer no sentido aqui adotado, não importando o nível intelectual da atividade, mas seu caráter de “intencionalidade sem propósito”. Por fim, é importante lembrar que, quando a vida ocupa uma parte tão grande do dia que sobra tempo só para dormir e descansar, não há lazer possível. Assim, viver bem, de maneira sábia e agradável, requer não apenas tempo, mas também dedicação e gosto. Uma economia gerada para maximizar a produção a ser comercializada tende a produzir formas de lazer mais industrializadas do que espontâneas.

Esses são, então, os sete bens básicos. Para os autores, uma vida que consiga efetivar todos eles, é uma vida boa (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 219). Skidelsky e Skidelsky (2017) passam então, de forma bastante interessante, a mostrar como o capitalismo atual se distanciou desse conceito de vida boa nas últimas décadas, analisando o comportamento dos bens básicos nesse período. E isso em um dos países centrais do capitalismo, o Reino Unido, embora mencionando também os Estados Unidos, em algumas situações.

O que mostra a relevância desse debate para a discussão atual sobre desigualdade, inclusive para os países que não são centrais e apresentam maior dificuldade em cumprir os ODS da ONU, e que não são contemplados na análise a seguir. No caso específico do Reino Unido, os autores passam a mostrar que a renda *per capita* britânica dobrou desde 1974, e durante esse período, até onde se sabe, os bens básicos não aumentaram; em certos aspectos, até diminuíram (Skidelsky & Skidelsky, (2017, pp. 232-233)¹⁰.

É verdade que Skidelsky e Skidelsky (2017) levantam apenas alguns indícios para comprovar essa afirmação, mas que podem sem dúvida ser aprimorados e ampliados em futuras pesquisas sobre o conjunto dos bens básicos. Alguns exemplos¹¹:

- Em certos aspectos, a saúde pode até deteriorar com a riqueza. O número de mortes no Reino Unido relacionadas à bebida alcoólica aumentou muito a partir da década de 1990 (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 224).
- Nas últimas décadas, a segurança, nesse caso relacionada com redução de garantias contratuais e outras medidas voltadas para a flexibilização do mercado de trabalho, como a utilização de trabalhadores temporários, passou a ser vista como um sacrifício legítimo pelo bem maior do crescimento, e não como uma necessidade humana básica (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 226).
- Uma barreira para o respeito mútuo é a extrema desigualdade. A redução da alíquota máxima de imposto de renda sob os governos Thatcher e Reagan certamente a acentuou (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 226-227).

10 Nesse ponto, Skidelsky e Skidelsky (2017, p. 223) chegam a afirmar que a busca incessante pelo crescimento econômico não é só desnecessária para que esses bens sejam efetivados, como pode danificá-los, pois os bens básicos são essencialmente não comercializáveis.

11 Fatores como os apontados a seguir são levantados também por autores que discutem por que as pessoas não estão mais felizes nos tempos atuais do que em outras épocas. É o caso de Layard (2008) em seu livro sobre o tema. Mas esse autor não discute diretamente a questão da desigualdade (embora também não se mostre alheio a ela). E muito menos a questão da vida boa a partir da visão de Aristóteles, inclusive porque sua base analítica é o utilitarismo, como já mencionado anteriormente.

- A principal salvaguarda econômica da personalidade é a propriedade. Mas, se ela é adquirida por meio de financiamento, com direito à propriedade ao final da vida, não é emancipatória (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 228).
- O fator seguinte faz parte também dos costumes e comportamentos em qualquer sociedade, mas também tem um claro componente econômico: sabe-se que no mundo desenvolvido estão acontecendo poucos casamentos, e, entre esses, muitos terminam em divórcio. Porém, os relacionamentos estáveis são bons para todos os interessados, especialmente os filhos (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 230).
- O número de ingleses adultos que pratica pelo menos um esporte caiu entre 1990 e 2002. Nos Estados Unidos, tanto o número de leitores quanto o de horas dedicadas à leitura sofreram forte queda nesse período (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 232).

Fica nítida a imensa possibilidade de medir o desempenho e tamanho dos bens básicos em cada país, como aproximação do que seria a vida boa nos dias atuais, e inclusive sua evolução histórica (nas últimas décadas, por exemplo), para efeitos de comparação. E evidentemente há muito espaço para o aprofundamento e aperfeiçoamento dessas métricas e a proposta de novas, pois o mundo tem mudado muito rápido nos últimos anos em várias dessas questões, principalmente depois da publicação do livro dos autores.

É o caso de incluir a alta do preço dos imóveis relacionada ao processo de “gentrificação” pelo qual passam muitos grandes centros urbanos; o preocupante crescimento das “mortes por desespero” em países como os Estados Unidos, relatado por autores como Angus Deaton e Anne Case; incluir as pesquisas que apontam os crescentes indicadores de vida solitária e sem amigos dos jovens atuais, mais voltados para relacionamentos no ambiente virtual; a crescente “uberização” do mercado de trabalho; os efeitos das redes sociais sobre a radicalização política (com efeitos inclusive no ambiente familiar) e até mesmo sobre o aumento de crimes de ódio; o aumento da criminalidade em países como o Brasil etc., fatores que acabam sempre nos afastando da vida em comunidade e, cada vez mais, do próprio bem viver.

Por fim, não é difícil notar que, nos sete bens básicos elencados, o seu provimento em várias situações se relaciona diretamente com os níveis de desigualdade de qualquer sociedade, como aprofundaremos na seção seguinte. Como se sabe, o objetivo principal dos autores aqui comentados estava em entender a questão da insaciabilidade no mundo atual. Falta dar o passo seguinte rumo à análise da desigualdade, que é o que faremos a seguir.

3

DOS ODS DA ONU ATÉ A VIDA BOA DE ARISTÓTELES ATUALMENTE: SISTEMATIZANDO IDEIAS EM BUSCA DE UM NOVO OLHAR SOBRE A DESIGUALDADE

■ 3.1 Até que ponto reduzir a desigualdade? Os bens básicos da vida boa como parte fundamental da resposta e uma proposta para sua mensuração

Da análise sobre o livro de Skidelsky e Skidelsky (2017) nas subseções 2.2 e 2.3, podemos retomar alguns pontos importantes, avançar analiticamente e concluir o seguinte:

1) Embora a lista de bens básicos dos autores seja muito pessoal e baseada em uma interpretação própria acerca do que seria a vida boa para Aristóteles nos dias atuais, fica claro que os “bens básicos” nela presentes, em termos de bem-estar, vão além do que está disposto nos ODS da ONU, como sugerido por Raworth (2019) como parâmetro básico para se buscar a redução da desigualdade. Itens como amizade, segurança, respeito e personalidade, pelo menos da forma como estão expostos, evidentemente vão além do que está presente nas métricas dos ODS.

2) Não há dúvida também, e este é um dos pontos centrais deste artigo, que uma significativa disponibilidade dos bens básicos significaria redução drástica da desigualdade, pois seu “fornecimento” dependeria diretamente de itens como redistribuição de renda e de patrimônio, melhores condições de saúde para todos, mudanças estruturais no mercado de trabalho (que atualmente é caracterizado pela precarização crescente, por contratos temporários etc.), entre outros, como fica evidente na própria definição dos referidos bens. Ou seja, esses itens, relacionados com os ODS e dependentes diretamente de medidas de políticas públicas, funcionam como condicionantes materiais essenciais para que se tenha um ambiente econômico e social no qual os “bens básicos”, sem os quais a vida humana não se completa em sentido (como amizade, segurança, respeito, lazer e outros), possam prosperar. Em outras palavras, seriam os “meios” necessários para obter os bens “finais” básicos, na

diferenciação proposta por Skidelsky e Skidelsky (2017), em sua discussão sobre teorias de justiça.

3) A partir daí, a novidade que o presente trabalho propõe para os estudos sobre desigualdade é a possibilidade de se medir o nível dos bens básicos, relacionando tais medidas com o nível de desigualdade de qualquer país ou região, permitindo-se o entendimento sobre se tal nível atingido é o ideal para a vida boa prosperar ou não. Mais pesquisas evidentemente serão necessárias, mas o que foi exposto por Skidelsky e Skidelsky (2017) desde já apresenta pistas interessantes em busca desse objetivo, que ampliamos com algumas sugestões de pontos não abordados pelos autores quando da publicação do seu livro.

4) Com isso, e retomando a questão dos ODS anteriormente mencionada, se sabemos que o pleno cumprimento desses compromissos acordados em âmbito da ONU sem dúvida é importante para a redução da pobreza e também da desigualdade, surge a pergunta: “Mas até que ponto a desigualdade seria com eles reduzida?”.

Pelo exposto anteriormente, podemos afirmar que somente se o processo de implementação dos ODS chegar além, atingindo o “fornecimento” dos bens básicos já listados (que teriam que ser de alguma forma medidos), teríamos a certeza de que a redução da desigualdade atingiria um ponto ideal (chegando à vida boa a partir da visão de Aristóteles), na qual seus efeitos mais negativos para a vida de cada um e a em comunidade seriam, no mínimo, drasticamente reduzidos.

5) Os autores infelizmente se mostram mais preocupados com a situação dos países desenvolvidos, onde já estão presentes condições materiais suficientes para a vida boa prosperar para todos, mas não podemos descartar que os países em desenvolvimento também possam olhar para os bens básicos como princípio norteador e inspirador de uma vida boa, embora no curto prazo os ODS da ONU sejam, em termos pragmáticos, a prioridade essencial. De qualquer maneira, fica claro que qualquer país, pelos mais diversos motivos, pode ter uma política pública que inclua entre suas prioridades a vida boa, como definida nos termos anteriormente apresentados.

6) E, como ficou também evidenciado, mesmo nos países desenvolvidos o retrocesso no fornecimento de bens básicos necessários à vida boa salta aos olhos, nas últimas décadas, como mostrado por Skidelsky e Skidelsky (2017), e também na própria literatura sobre felicidade (ver Layard, 2008). Faltou apenas aos autores, como já observado, ir além da análise sobre insaciabilidade

de e relacionar mais diretamente essa situação com o aumento da desigualdade verificado no referido período. Ou seja, dado o nível de riqueza acumulada desses países, que permite o cumprimento dos ODS mais facilmente, um processo de redução substancial da desigualdade já seria decisivo para chegarem mais perto do nível da “vida boa”, nos termos anteriormente definidos.

7) Tudo isso sugere que o processo de redução da desigualdade, muito além do cumprimento dos ODS da ONU, necessita também de um olhar ainda mais amplo em busca dos bens básicos necessários à vida boa. Se é ainda mais difícil a ela chegar, pelo menos esse processo pode nos inspirar mais fortemente em busca dos próprios ODS. Haveria aqui uma aliança entre o “pragmatismo” desses compromissos (mesmo com toda a dificuldade atual em cumpri-los), já com métricas bem definidas e acordadas entre 193 países do mundo em nível da ONU, e a utopia da vida boa, a partir de uma ampla discussão ética e moral. Nesse caso, uma utopia possibilitadora, que como visto pode levar a novos debates e aprimoramentos de medidas de desigualdade, e até mesmo a contribuições na elaboração de políticas públicas, como veremos a seguir.

■ 3.2 Avançando nas propostas de políticas públicas em busca da vida boa: alguns exemplos existentes na literatura e sua relação com a discussão sobre desigualdade

Outra contribuição deste artigo se refere ao que pode ser feito pelas políticas governamentais em termos de decisões em busca de que todos tenham o “suficiente”, e ao mesmo tempo desestimular comportamentos relacionados com a insaciabilidade (individual e social). Nesse sentido, serão a seguir apresentados alguns exemplos de medidas que já existem, sugeridas por vários autores¹², sempre focadas na busca por aumentar os níveis de bem-estar em qualquer sociedade.

Ou seja, estamos aqui interessados em elencar medidas voltadas especificamente para alguns aspectos da vida boa anteriormente definida, como os relacionados com as melhorias no mercado de trabalho (e na renda), a redução da pressão do consumo e os efeitos da publicidade, tudo isso sempre pensando

12 São os casos de Raworth (2019) e de Layard (2008), além de Skidelsky e Skidelsky (2017). Lembrando que tem sido mais comum alguns desses tipos de propostas de política pública (no caso das medidas para reduzir pressão do consumo e a publicidade, por exemplo) aparecerem mais na literatura sobre felicidade, de autores como o próprio Layard (2008), do que na discussão sobre redução da desigualdade.

na redução da mencionada insaciabilidade. Dessa forma, podemos dividir as propostas em quatro tipos, a seguir expostos, a partir da classificação de Skidelsky e Skidelsky (2017). Lembrando que, por razões de espaço, serão aqui apenas mencionadas, e não analisadas em detalhes:

1) *Funcionamento do mercado de trabalho*: Partindo da necessidade de que é preciso reduzir a desigualdade de renda, fala-se, por exemplo, em salário máximo, sendo estabelecido em cada empresa entre cerca de 20 e 50 vezes o salário mais baixo (ver Raworth, 2019, p. 192), e em se limitar a carga horária semanal de trabalho, como também proposto por Raworth (2019, p. 298).

2) *Renda básica*: A renda básica (ou do cidadão) é proposta como sendo incondicional, de preferência de nível bastante alto, para que todos tenham a opção genuína de quanto querem trabalhar (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 257).

3) *Reduzir a pressão do consumo*: Skidelsky e Skidelsky (2017) apresentam a proposta de tributar o consumo, chegando a propor que as pessoas seriam tributadas sobre suas despesas, e não sobre sua renda. A ideia é que quanto mais conspícuo for o consumo do rico, maior será a escalada de gastos emulativos (Skidelsky & Skidelsky, 2017, pp. 267-268). Daí a inspiração para a criação desse tipo de tributo. Inspirada em Kaldor, os próprios autores reconhecem a dificuldade de implementação dessa medida.

4) *Reduzir a publicidade*: Essa medida é proposta por Layard (2008), Raworth (2019) e Skidelsky e Skidelsky (2017), ao constatarem que a pressão do consumo é alimentada pela publicidade. Para Skidelsky e Skidelsky (2017), por exemplo, se a publicidade alimenta nossa tendência à insaciabilidade, há uma forte demanda para refreá-la. Sabemos que já existem vários controles da publicidade em funcionamento, ligados aos *sin goods* e particularmente às crianças (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 272). Mas isso pode ser ampliado. Um exemplo interessante é o de países europeus que exigem o agrupamento de anúncios no início ou no final dos programas de televisão, para que o telespectador tenha a opção de não assistir a eles (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 273).

Concluindo, é inegável a importância das medidas apresentadas na busca de bens básicos para a vida boa, ao se buscar reduzir a insaciabilidade humana. Mas, avançando em relação a Skidelsky e Skidelsky (2017), consideramos que tais medidas deveriam ser vistas como uma parte interessante de um todo

maior, as políticas abrangentes visando à redução da desigualdade (como visto na subseção 1.1 deste artigo).

Como as medidas dos tipos 1 e 2 já são muito comuns em qualquer reequilíbrio sobre políticas públicas visando reduzir a desigualdade, resta ressaltar a importância de se incluir medidas como as dos tipos 3 e 4, necessárias para se estimular a vida boa especificamente a partir da redução da insaciabilidade, em um contexto mais amplo de busca pela redução da desigualdade, o que não tem sido comum nesse debate. Consideramos tal proposta interessante para, ao se ressaltar o elo existente entre insaciabilidade e desigualdade, ampliar o alcance das políticas necessárias para a busca da redução da própria desigualdade.

NOTAS CONCLUSIVAS

Sabendo que a literatura sobre desigualdade já é bastante vasta, tanto em termos analíticos como também de propostas de políticas públicas para sua redução, este artigo partiu de uma questão moral básica que naturalmente surge no debate: “Reduzi-la, mas até que ponto?”. Mesmo que na amplitude da literatura mencionada já se possa ter tentado analisar o tema a partir dessa pergunta, não foi encontrado para este artigo nenhum autor que tenha tentado responder a ela a partir de um filósofo da Antiguidade como Aristóteles.

E por que especificamente Aristóteles, se ele nem falava de desigualdade, ainda mais no contexto histórico em que viveu? Por causa de sua visão sobre a “vida boa”, uma vida desejável de ser vivida por todos em qualquer época. Que, para ser vivida, tanto pela população dos países ricos como dos mais pobres, fica cada vez mais nítido que é necessária a redução dos crescentes indicadores de desigualdade do mundo atual.

Então a vida boa como definida pelo referido filósofo pode vir a ser uma inspiração, um ponto idealmente culminante da redução da desigualdade, e estimular também novas pesquisas sobre o tema. Isso não estava claro no interessante livro de Skidelsky e Skidelsky (2017), o que procuramos explicitar neste artigo, avançando além de sua análise sobre Aristóteles, Keynes e a questão da insaciabilidade (individual e social). Os sete bens básicos definidos pelos autores buscam mostrar o que seria a vida boa de Aristóteles atualmente, mas procuramos evidenciar que se referem diretamente a uma situação na qual a desigualdade seria reduzida a níveis aceitáveis por qualquer parâmetro moral que se use.

Mas o objetivo do artigo não poderia somente ser filosófico, tentando inserir Aristóteles nesse importante debate. Acreditamos que há espaço para se avançar em termos propositivos, partindo do livro de Raworth (2019) e mostrando que atingir os ODS não seria garantia de vida boa para todos (seriam sua base material), propondo que os bens básicos necessários ao bem viver podem ser medidos, como indicado por Skidelsky e Skidelsky (2017), e também mostrando que medidas de políticas públicas já existentes que buscam a redução da crescente insaciabilidade social e individual podem ser vistas como parte importante de um conjunto maior de políticas voltadas para a redução da desigualdade.

Por fim, consideramos que explicitar as ideias de Aristóteles nesse debate é interessante também para a ciência econômica como um todo, em um momento em que nela se nota a ausência de grande parte da linguagem moral nítida em um autor como Keynes (Skidelsky & Skidelsky, 2017, p. 250), como lembrado também por autores como o Prêmio Nobel Amartya Sen (2000). Não à toa, nota-se em várias pesquisas que a disciplina de economia tende a atrair pessoas egoístas ou que passam a se comportar de maneira mais egoísta (Raworth, 2019, p. 112).

Essa ausência da linguagem moral pode estar afetando inclusive a razão de ser da profissão. Nesse sentido, outro Prêmio Nobel, Angus Deaton, avança em relação a esse diagnóstico ao afirmar que, “intoxicada com mercados e dinheiro”, a ciência econômica “desvinculou-se da sua base adequada, que é o estudo do bem-estar humano” (ver “Ganhador do Nobel faz crítica mordaz à economia”, 2023). Este artigo procurou colaborar com tais preocupações, ao mostrar que abordar temas como a desigualdade a partir do enfoque aqui adotado pode contribuir para que o debate de questões éticas e morais seja revigorado no âmbito da profissão.

REDUCE INEQUALITY, BUT TO WHAT EXTENT? BRIEF COMMENTS FROM ARISTOTLE’S “GOOD LIFE”

Abstract

The article aims to reflect on the current debate on inequality, seeking to explore ethical issues that are inherent to the topic, mainly the existence of a supposed ideal point for inequality to be reduced. The work is based on the

United Nations Sustainable Development Goals (SDG), which, in Raworth's (2019) proposal, would be the basis, together with the search for environmental sustainability, for reducing poverty and inequality. However, some more developed countries are already at a greater level of progress in terms of these indicators, and even so, in recent decades, there is strong evidence of an increase in inequality and a reduction in important indicators of the well-being of their population. The article then proposes that Aristotle can provide a new look at the growing inequality in today's world, based on his vision of the "good life". Seeking to discuss what would be "enough" for the good life proposed by the ancient philosopher today, based on the necessary "basic goods", as defined by Skidelsky and Skidelsky (2017), we seek to show that such a vision, even though it still requires advancing in analytical terms (such as in the measurement of basic goods), presents clear implications for the current debate on inequality, as it reveals a morally ideal point to seek its reduction, and which can even inspire new discussions on public policy measures.

Keywords: Aristotle; good life; inequality; insatiability; sustainable development.

Referências

Aristóteles (1987). *Ética a Nicômaco*. Nova Cultural.

Aristóteles (2019). *Política*. Edipro.

Atkinson, A. B. (2015). *Desigualdade: O que pode ser feito?* Leya.

Blanchard, O., & Rodrik, D. (Eds.) (2021). *Combating inequality: Rethinking government's role*. MIT Press.

Ganhador do Nobel faz crítica mordaz à economia (2023). Bloomberg Businessweek. <https://exame.com/esp/ganhador-do-nobel-faz-critica-mordaz-a-economia/>

Keynes, J. M. (2018). Possibilidades econômicas para os nossos netos. In J. M. Keynes, *Ensaio em persuasão*. Universidade de Lisboa.

Krugman, P. (2010). *A consciência de um liberal*. Record.

Layard, R. (2008). *Felicidade: Lições de uma nova ciência*. BestSeller.

Nações Unidas Brasil (2024). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Intrínseca.

Piketty, T. (2020). *Capital e ideologia*. Intrínseca.

- *Reduzir a desigualdade, mas até que ponto? Breves comentários a partir da “vida boa” de Aristóteles, Robson Antonio Grassi*

Raworth, K. (2019). *Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Zahar.

Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU (2021). Portal da Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/noticias/784354--relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

Sandel, M. J. (2014). *Justiça: O que é fazer a coisa certa*. Civilização Brasileira.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

Skidelsky, R., & Skidelsky, E. (2017). *Quanto é suficiente? O amor pelo dinheiro e a defesa da vida boa*. Civilização Brasileira.

Stiglitz, J. E. (2014). *O preço da desigualdade*. Bertrand.

Stiglitz, J. E. (2019). *People, power and profits: Progressive capitalism for an age of discontent*. W. W. Norton & Company.